

Variedades ultramarinas: doces e amargas

Cronologicamente, começemos pelo sofrimento. Mesmo «civilizada» pelos *roceiros* (plantadores) de São Tomé e pelos seus propagandistas, a exportação-importação de uma mão-de-obra involuntária originária dos portos angolanos (mas, frequentemente, comprada longe da «fronteira» portuguesa) não é um episódio glorioso da história colonial europeia. Depois de muitos autores — entre os quais, Henry Nevinson e, mais recentemente, James Duffy —, Kevin Grant¹ lembra-nos que a idade de ouro do cacau no arquipélago repousou sobre uma forma disfarçada de escravatura no início do século xx. Mas onde ele é original é na sua análise dos *lobbies* britânicos que, como uma ONG *avant la lettre*, fizeram da denúncia deste escândalo o seu cavalo de batalha entre 1901 e 1913. Paralelamente à «escravatura dos chineses» na África do Sul e, sobretudo, dos horrores leopoldinos no Congo — e poderíamos alongar esta lista *ad libitum* —, o desenvolvimento dos países tropicais e do arquipélago equatorial, em particular, baseou-se numa exploração mais ou menos intolerável da mão-de-obra. Grant não só relativiza o caso português, como demonstra, com o apoio de investigação de arquivo, que nem tudo era puramente altruísta neste prurido humanitário britânico. Hoje pensa-se que na afirmação desta tendência estiveram envolvidas lutas de influência entre grupúsculos políticos ou religiosos, corrupção dos líderes pelas potências económicas, etc. Raros são os inocentes, mesmo nas boas causas.

Passemos de imediato a uma visão mais eufórica da guerra colonial portuguesa entre 1961 e 1974, que é tão espantosa quanto rara, visto emanar de um especialista anglo-americano. John P. Cann é um ex-professor do *Command and Staff College* dos *Marines* nos Estados Unidos. Enquanto

¹ Kevin Grant, *A Civilised Savagery. Britain and the New Slaveries in Africa, 1884-1926*, Nova Iorque/Londres, Routledge, 2005, xii-233 páginas, com fotografias e gravuras a preto e branco.

oficial superior, a sua aptidão para analisar, *do exterior*, a organização, a instrução e as técnicas portuguesas de luta contra a subversão (serviços de informação, operações e tropas especiais, logística, emprego das tropas locais, etc.) é incontestável. Ele retira das estatísticas portuguesas e das numerosas entrevistas com oficiais superiores, tanto na reforma como no activo, uma certeza: tendo em conta as limitações orçamentais e demográficas com as quais se defrontaram, os seus homólogos fizeram tão bem ou melhor do que os americanos no Vietname. Estou, portanto, convencido de que este livro é e será o livro de cabeceira dos oficiais de carreira portugueses que conduziram esta guerra e dos que vieram e virão depois desta geração. Do ponto de vista técnico, trata-se de uma reabilitação positiva. O único problema é que Portugal perdeu a sua guerra exótica, tal como os americanos, os franceses e os holandeses perderam as deles, cada um deles encontrando para tal, naturalmente, uma desculpa política ou de outra natureza. Mas o que este livro, noutros domínios muito estimável, não aborda é o essencial: estas guerras foram largamente impopulares entre os que, na metrópole ou nos Estados Unidos, eram levados, enviados, constrangidos e à força para o terreno. É sintomático que no seu texto² Cann não tenha praticamente utilizado um só testemunho de um simples soldado, de suboficiais ou de oficiais subalternos para conhecer, *por dentro*, o moral das tropas em contacto directo com a guerrilha. Ele dá-nos, por isso, uma visão que seria a que podíamos encontrar em todas as escolas dos estados-maiores do mundo inteiro: uma visão de cima para baixo, que esquece que era em baixo que as coisas importantes se passavam. Sem mesmo insistir na singularidade — mesmo na unicidade — do comportamento dos membros do MFA e das suas motivações em 1973-1975 nas guarnições africanas, teria sido importante alargar consideravelmente os pontos de vista expressos, isto é, ver como é que as coisas se passaram concretamente. Existem centenas de artigos e de livros publicados pelos actores, tanto portugueses como africanos, que descrevem o que não encontramos nas instruções dos comandantes superiores. Em todos os exércitos em guerra podemos constatar o mesmo fenómeno: uma dicotomia entre profissionais, mais ou menos operacionais, e aqueles que matam o tempo a tentar não morrer. Dito isto, o livro é útil e «roborativo», mesmo consolador.

Vejam agora uns estudos, entre os quais encontramos alguns que não reforçam as conclusões dos oficiais mais optimistas. Sob um título original, «As mulheres e a guerra colonial», a *Revista Crítica de Ciências Sociais*³

² John P. Cann, *Contra-subversão em África. Como os portugueses fizeram a guerra em África, 1961-1974*, 2.^a ed. revista e actualizada pelo major general Renato Marques Pinto, Lisboa, Prefácio, 2005, 225 páginas, com fotografias a preto e branco.

³ AAVV, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 68, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2004, 185 páginas, com fotografias a preto e branco.

sublinha o papel das mulheres — capital para o moral dos combatentes — nesta prova. Os autores são todos mulheres — à excepção de dois — e, essencialmente, especialistas de literatura ou professoras de sociologia política, docentes universitárias. Eles — elas — fazem aquilo que sabem fazer melhor, isto é, analisar o feminino na literatura de guerra ou paramilitar. Do lado da «doçura» fala-se muito de amor, mas encontramos também um *dossier* onde dão testemunho duas mulheres. Uma, esposa de um médico mobilizado em Angola (Serpa Pinto, Maquela do Zombo) entre 1970 e 1972 (?), lembra-nos o que era a vida quotidiana das guarnições (tensões com os colonos brancos) numa rotina pobre e surrealista; a outra, uma enfermeira pára-queda, transformada numa espécie de *mini-star* da propaganda salazarista (Angola, Moçambique, Guiné), saneada em 1975, mas que guardou, apesar de tudo, uma recordação positiva destes anos com os pára-quadistas, relata-nos a sua vida enquanto escolta dos feridos graves.

*The Politics of War Memory and Commemoration*⁴ é uma recolha muito interessante para os comparativistas que percorre um vasto espectro internacional (Argentina, África do Sul, Austrália, Finlândia, Noruega, Israel) e onde Portugal tem direito a um capítulo no qual o autor faz o levantamento das memórias da guerra colonial na literatura e no cinema. Trata-se de uma actividade que parece interessar numerosos universitários, prova de que o trauma está longe de estar ultrapassado. O que, na nossa opinião, para o caso de Portugal, é um eufemismo, já que a guerra continua a colonizar as memórias de centenas de milhares de antigos combatentes.

Ainda no domínio do pós-guerra, difícil de visitar, mencionemos um livro⁵ de viagens de um casal de suíços que fez a volta a África numa autocaravana. Nada de excepcional nesta obra, salvo o facto de o membro masculino do casal ser hemiplégico, estando preso a uma cadeira de rodas, e os autores oferecerem aquilo que é, provavelmente, a primeira descrição da travessia completa de Angola, de norte a sul, de carro, depois de 1974. Através de M'Banza Congo, onde se confrontam com a delirante burocracia de funcionários preguiçosos, incompetentes e ávidos, os autores tiveram tempo de compreender que, um ano após o fim da guerra civil, a Angola de 2003 não deixará ainda de se reconstruir mentalmente. A corrupção generalizada, o estado miserável das infra-estruturas até à fronteira com a Namíbia, condicionam as suas impressões, totalmente negativas sobre este país. Em contrapartida, Moçambique, que eles atravessam de Maputo até Rovuma, oferece-lhes uma visão relativamente neutra e turística (em finais de 2003 e

⁴ T. G. Ashplant, Graham Dawson e Michael Roper (eds.), *The Politics of War Memory and Commemoration*, Londres/Nova Iorque, Routledge, 2000, xiv-282 páginas.

⁵ René Kägi e Sonja Kostezer, *Afrika Rundum*, Bronschhofen (Suíça), R+S Verlag, 2005, 304 páginas, com fotografias a cores.

inícios de 2004). Através de fotografias magníficas ficamos a conhecer a deterioração da antiga «jóia do império» português na sua última fase.

Para a Guiné-Bissau, começamos por uma obra rara junto dos editores comerciais, mesmo em Portugal. Trata-se de um texto de pura erudição consagrado a uma antiga colónia e baseado sobre um espólio de arquivos. Não vejo muito bem a linha que une as diversas partes de *A Guiné do século XVII ao século XIX*⁶, mas devemos felicitar a Prefácio por ter editado esta obra, cuja rentabilidade não parece evidente, se conhecermos os títulos dos quatro capítulos: 1.º Os grandes impérios a sul do Sara; 2.º Os negros da Guiné; 3.º Na confluência do cristianismo, do islão e das crenças tradicionais; 4.º A Igreja no século XIX. «Reflexos generalizados na Guiné do advento liberal na metrópole». A obra é ainda valorizada pela presença de longas citações e de um excelente índice: estamos no domínio da doçura, verdadeira ou falsa.

Nada disto encontramos em *Ambushed*⁷. Aqui é um repórter de guerra americano, chefe do escritório da África ocidental da Associated Press, quem dá o seu testemunho. E o que ele nos relata, saltando de um conflito para outro, é o horror, a selvajaria terrífica, onde se massacra, mutila, viola, numa orgia de sangue e de esperma. O irracional e o oculto não poupam ninguém. Em 1999, em Freetown, um colega de imprensa é morto ao lado do autor, que recebe uma bala no crânio. Com apenas 20% de probabilidades de sobreviver, por milagre, ele conseguirá recuperar as suas faculdades mentais e, em resultado disso, oferece-nos um capítulo sobre o golpe de Estado de 1998 na Guiné-Bissau, visto, não a partir da capital, mas de Bafatá e Mansôa. Durante duas semanas (Junho/Julho) ele não conseguirá entrar em Bissau, cercada e bombardeada. Cerca de 300 000 (?) refugiados deixaram o centro nevrálgico do país em direcção às vilas do interior. Estas 23 páginas sobre uma guerra tão esquecida quanto inútil (veja-se a reeleição de Nino Vieira) não foram mais do que o prelúdio do que o esperava mais a oriente, depois de onze meses de reportagens em quatro guerras. Um livro atormentado sobre esta gigantesca traição das esperanças dos anos 60 e 70.

Desçamos ainda mais baixo nas trevas de África com uma outra Guiné, a que já foi espanhola e, para sua infelicidade, se tornou equatorial sob Macías Nguema, o que quer dizer que passou directamente de um jardim-escola franquista para um asilo de loucos ultraperigosos. O que é importante reter do testemunho do actual (2005) embaixador em Londres do sobrinho do primeiro ditador? O livro de Agustín Nze Nfumu⁸ é híbrido. Por um lado,

⁶ Fernando Amaro Monteiro e Teresa Vázquez Rocha, *A Guiné do século XVII ao século XIX. O testemunho dos manuscritos*, Lisboa, Prefácio, 2004, 287 páginas.

⁷ Ian Stewart, *Ambushed. A War Reporter's Life on the Line*, Chapel Hill (Carolina do Norte, EUA), Algonquin Books of Chapel Hill, 2002, xx-310 páginas.

⁸ Agustín Nze Nfumu, *Macías, verdugo o víctima*, Madrid, Herrero y Asociados, Pool de Servicios Editoriales, 2004, 267 páginas.

procura exonerar de toda a responsabilidade o seu «patrão» nos crimes cometidos de 1969 a 1979 e desacreditar os opositores políticos do regime sucessor, que o mantém actualmente. Mas não é isto o que importa. O importante é a sua análise do caso clínico que foi o primeiro presidente (1968-1979) e que ele conheceu de perto, pois foi um alto funcionário do monstro. A psicanálise de Macías e o paralelo que o autor estabelece com Hitler são excelentes: uma infância difícil, uma vida que é uma perpétua vingança, a necessidade de encontrar constantemente adversários a exterminar. Hitler elegeu, nomeadamente, os judeus. O seu minúsculo admirador terá, primeiramente, por inimigos os espanhóis e, depois, quando estes praticamente desaparecerem do país, dirigirá o seu ódio contra o seu próprio povo nele se incluindo os seus mais fiéis servidores e cúmplices. Só que a Guiné colonial não era a Alemanha organizada, mas apenas pedaços heteróclitos, sem coesão e sem quadros. O segundo ponto forte do livro é a parte consagrada à prisão de Black Beach em Malabo. Trata-se de uma miniatura de um campo de extermínio tropical, que visitamos a partir de dentro, pois o autor desta obra esteve aí preso em 1976-1977, com todo o Serviço de Informações e do Turismo (que tipo de turismo será possível nesta República macabra?), aos quais se juntaram muitos ministros e dezenas de altos funcionários. A máquina era diabólicamente estalinista. Para sobreviver era necessário denunciar. E não era fácil sobreviver, pois, pelo chicote e pela tortura, pela fome e pela malária, as celas podiam sempre acolher mais alguns. Em Janeiro de 1977 chegou um grupo de 150 refugiados entregues pelo presidente Bongo, do Gabão. Um padre, ao morrer, afirmou (p. 244): «Deus meu, que difícil é viver num país com uma revolução mal concebida.» Neste sistema, que se devorava a si mesmo, teríamos gostado de ver uma descrição do golpe de Estado do Verão de 1979, mas nessa altura o autor já tinha fugido para os Camarões em Fevereiro. É este livro um livro de arrependimento? Já que o autor serviu o poder deste manicómio de 1969 a 1979. De qualquer maneira, mesmo que parcial e com todos os seus silêncios e erros factuais, trata-se de um livro incontornável para perceber um caso de paranóia política, radical até mesmo para a África.

«Este reino é uma grande loba que tudo devora», escrevia em 1771 o governador Francisco Inocêncio de Souza Coutinho ao marquês de Pombal a propósito de Angola, que administrava (1764-1772). Mais de dois séculos passados, a afirmação continua pertinente, mas talvez não pelas mesmas razões. Em contrapartida, os caçadores que estavam no encalço da fera — esta loba faminta — tornaram-se tão numerosos que podemos esperar ver um dia a besta abatida e as suas vítimas potenciais respirarem um pouco mais livremente. Isso não é certo, mas olhemos da perspectiva dos naturalistas e dos biólogos, que gostariam de reconstituir o seu ADN para compreenderem as causas da sua agressividade secular. Dos historiadores, e

entre os mais recentes assinalemos o brasileiro Jaime Rodrigues que no magistral *De Costa a Costa*⁹ dedica um bom terço da sua tese à Angola dos anos de 1780 a 1860, vista sob o ângulo do tráfico negreiro em direcção ao Brasil. Arquivista, ele traz, a partir dos fundos explorados no Brasil e em Portugal, novos elementos, desconhecidos dos especialistas, sobretudo nos domínios que lhe interessam: os portos de embarque. Não insistiremos neste aspecto puramente angolano, pois a originalidade profunda do seu livro situa-se, provavelmente, na sua abordagem «naval» da questão. Navios e tripulações, cultura marítima, saúde a bordo, constituem terrenos mal estudados, pelo menos no Brasil e em Portugal, durante muito tempo espartilhados por considerações nacionalistas que já não são razoáveis. É preciso chamar as coisas pelo seu nome e um negreiro — mesmo que luso-brasileiro ou hispano-americano — é um negreiro, pura e simplesmente. A obra de Jaime Rodrigues é incontornável se quisermos conhecer este segmento do tráfico atlântico.

E, já que estamos no domínio do sofrimento, aproximemo-nos de uma época mais recente com este herói¹⁰ do nacionalismo irlandês que, antes de se tornar um artista maior da revelação das atrocidades cometidas no Estado livre do Congo sob o poder discricionário leopoldino, foi cônsul britânico em Lourenço Marques e em Luanda. *The Eyes of Another Race* constitui o diário pessoal de Roger Casement no ano de 1903. Honestamente, será exagerado dizer que a dezena de páginas que consagra às suas actividades em Luanda e nos outros portos angolanos e de Cabinda, onde fez escala, nos esclarece bastante sobre a vida de um cônsul e sobre o seu papel junto dos portugueses. O interesse deste livro reside, evidentemente, no *Congo Report*. Anuncia-se uma grande biografia de Casement. Oxalá ela seja bastante detalhada sobre as suas estadas nas duas colónias. O pouco dos despachos que enviou quando esteve em Lourenço Marques, que consultámos pessoalmente, não nos revelou grande coisa sobre o que ele conhecia realmente da situação de Moçambique.

Ainda na periferia «angolana», é bom saber o que pensavam os missionários finlandeses e alemães de Mandume, rei de Cuanhama e arqui-inimigo dos portugueses, no Norte da fronteira do Sudoeste Africano, até 1917. A autora americana de *To Dwell Secure*¹¹ fez o esforço — aparentemente,

⁹ Jaime Rodrigues, *De Costa a Costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2005, 420 páginas, com gravuras a preto e branco e a cores.

¹⁰ Séamas Ó Siocháin e Michael O'Sullivan, *The Eyes of Another Race. Roger Casement's Congo Report and 1903 Diary*, Dublin, University College Dublin Press, 2003, xvi-350 páginas, com fotografias a preto e branco.

¹¹ Meredith McKittrick, *To Dwell Secure. Generation, Christianity, and Colonialism in Ovamboland*, Oxford, James Currey Publishers, 2002, xvii-297 páginas, com fotografias a preto e branco.

foi único na literatura histórica namibiana — de apreender afrikaans, finês (extraordinária devoção ao seu objecto), francês, alemão, oshiwambo (bravo!) e português (?), diz ela. Se bem que não encontremos citada nenhuma fonte portuguesa, ela utiliza as obras de René Pélissier (*Les guerres grises*, Orgeval, Éditions Pélissier, 1978), o que é um caso raro, e melhor do que nada, entre os especialistas da Namíbia, que acabarão por descobrir um dia que é preciso conhecer a história do Sul de Angola para compreender a evolução política do Ovampo. Há toda uma reabilitação da figura ambígua de Mandume — em curso junto dos ovambo da Namíbia —, transformado em emblema do nacionalismo. Poderíamos ser independentes sem Viriato, sem Vercingétorix, sem heróis que são manipulados em função das necessidades políticas dos seus sucessores?

Por conseguinte, o texto recorre largamente às cartas dos missionários, mas estes não são testemunhos neutros, as perseguições anticristãs do rei Mandume falseiam a imparcialidade do seu julgamento. É também igualmente bom medir, graças a este livro, a devastação provocada pela grande fome que assolou todo o Ovampo, facilitando assim a penetração no Cuanhama, em 1915, de Pereira de Eça. Em suma, trata-se de uma fonte menor para a Angola da conquista, mas útil para seguir, nomeadamente, o recuo dos cuamato em direcção ao Sul da fronteira, onde muitos morreram de fome.

Ainda nos conflitos, refiramos uma assinalável recolha¹² de «cenas vividas» a propósito das intervenções em Angola dos pára-quedaistas portugueses de Abril de 1961 a Março de 1963 e, nomeadamente, na reconquista do Noroeste. O autor foi, ele mesmo, membro desta tropa de choque e, ao mesmo tempo, repórter fotográfico da imprensa da época — o que explica a abundância de fotografias. O leitor não é obrigado a partilhar as opiniões políticas do autor, mas o historiador (René Pélissier, *La colonie du Minotaure*, Orgeval, Éditions Pélissier, 1978) deve afirmar que não existe nada de mais expressivo e «homérico» sobre esta fase da guerra colonial em Angola. É evidente que o tom literário e os diálogos fictícios, reconstituídos depois de mais de quarenta anos, foram construídos para atraírem um leitor moderno que nunca ouviu falar de Mucaba, de Damba, de Nambuanguongo, da Pedra Verde, de Lucunga, etc. As diatribes contra o regime salazarista, os colonos, as grandes sociedades, o capital estrangeiro e dez outros inimigos reais ou imaginários, passados ou presentes, não agradarão certamente a todos. A ausência de datas é igualmente um obstáculo para compreender o desenvolvimento claro dos acontecimentos. Mas, no final de tudo, nada se compara a este livro apaixonado para tomar a temperatura desta época. Joaquim Coelho, mais tarde oficial de carreira, não esconde o seu jogo. Ele

¹² Joaquim Coelho, *O Despertar dos combatentes. Fotos com estórias em Angola*, Lisboa, Clássica Editora, 2005, 383 páginas, com centenas de fotografias a preto e branco.

escreve em 2005 como se estivesse em 1961, isto é, que os «terroristas», os «assassinos da UPA», os «bandidos», a decapitação de prisioneiros, as orgias nas aldeias, a embriaguez dos combates, etc., tudo isto é vendido ao desbarato, sem receio de ofender as boas almas. «A brandura dos nossos costumes?» Que diabo, tratava-se dos páras! É um livro totalmente «incorrecto» no Portugal contemporâneo, que ignora, ou quer ignorar, o que foi a guerra colonial. Em todos os países, as tropas especiais não foram recrutadas entre os meninos de coro (mesmo entre os católicos, apostólicos, romanos). Trata-se, portanto, de um livro de cruzado que teria agradado a Mouzinho de Albuquerque. Na Legião Estrangeira, em França, e junto dos mercenários que «trabalham» em África terá, provavelmente, um sucesso idêntico.

O 6.º volume de *Angola, Datas e Factos*¹³ traça a cronologia de Roberto Correia de 1975 a 2002 (final da guerra civil) e comporta (pp. 149-281) um suplemento (1561-1975) sobre as datas esquecidas nos cinco primeiros volumes. A mesma orientação política, as mesmas acusações, a mesma utilidade para o historiador. No registo «doçura e saudade», saudemos o livro de Jaime Cruz Soares¹⁴, um texto que aborda — para além de numerosas páginas que nada têm a ver com Angola — muitos elementos originais sobre as actividades do caminho de ferro de Benguela, a artéria económica do Centro de Angola, nos tempos do seu esplendor (incluindo detalhes sobre as cidades atravessadas e os atentados ou ataques contra os comboios até 1974). O autor foi um quadro dirigente da Companhia, da qual guarda uma excelente memória. E, como a primeira aldeia portuguesa que visitei, em Dezembro de 1954, foi Marvão, e como não tive oportunidade de voltar a ver as suas muralhas depois desta data, também eu vou cair na nostalgia, já que fomos, fugazmente, eu e o autor, «vizinhos». O título da obra anuncia claramente o tom do texto; trata-se de um livro de *retornado*, com tudo aquilo que esta palavra tem de subentendido.

Totalmente diferente, mas também na categoria do «se bem me lembro», as histórias¹⁵ contadas, de 1989 a 1992, por uns activistas da SWAPO dizem respeito, em parte, aos anos do exílio, passados nos campos destes nacionalistas em Angola. Nem todos são ovambo, mas alguns passaram quinze anos nas estruturas — incluindo a prisão, para muitos — desta SWAPO que assassinou, provavelmente, abateu mais dos seus militantes do que soldados e polícias sul-africanos durante toda a guerra. Os relatos mais interessantes

¹³ Roberto Correia, *Angola, Datas e Factos*, 6.º vol., 1975/2002, ed. de autor, Coimbra, 2005, 300 páginas, com fotografias a preto e branco.

¹⁴ Jaime Cruz Soares, *Angola-Rabiscos de um retornado... do caminho-de-ferro de Benguela. Rabiscos luso-angolanos*, ed. de autor, Póvoa e Meadas, Castelo de Vide, 2002, 357 páginas, com fotografias a preto e branco.

¹⁵ Colin Leys e Susan Brown (eds.), *Histories of Namibia. Living through the Liberation struggle*, Londres, Merlin Press, 2005, 165 páginas, com fotografias a preto e branco.

são (1) os contados por um antigo oficial da SWAPO em Angola que combateu a UNITA ao lado dos cubanos e que, mais tarde, foi vítima da caça às bruxas, tendo sido encarcerado nas prisões de morte lenta erguidas em Angola com o acordo do MPLA, e (2) os de uma militante igualmente acusada erradamente e que passou vários anos em centros de tortura da *Security*, que nada tinha a invejar aos seus mentores cubanos, soviéticos e alemães orientais. O seu chefe foi apelidado de «O carniceiro do Lubango». Também muito interessantes são as narrativas de um jovem ovambo que se refugiou em Angola em 1974, onde foi ajudado pelos portugueses (revolução *oblige!*) e viveu os acontecimentos em Luanda: ele assiste ao êxodo dos colonos e a sua perspectiva é curiosa.

Voltemos a episódios menos amargos com *A caminho de Andulo*¹⁶, de um suboficial brasileiro que de Agosto de 1996 a Fevereiro de 1997, no quadro da UNAVEM III, participou na missão de manutenção da paz organizada pelas Nações Unidas em Angola. Andulo era, na época, um território da UNITA. Para a companhia de 119 homens em que o autor estava integrado (brasileiros do Sul, da região de Santa Catarina), o trabalho consistia essencialmente em desarmar as tropas de Savimbi, em alimentar 11 516 pessoas, das quais 4450 eram militares, e em transferir as populações e as armas. Apesar das minas e das pontes cortadas, Nilo Niquelatte guarda uma boa lembrança deste mergulho num país destruído (Kuito, Huambo). Alguns comentários sobre os rituais no exército português, igualmente estacionado no local, são interessantes. Aparentemente, nenhum livro deu ainda conta das experiências uruguaias nesta região do Centro de Angola. O autor é optimista e bem precisamos de o ser quando conhecermos a terceira fase da guerra civil angolana que irá seguir-se. Um texto raro, mas útil.

Ainda na categoria dos livros que se destacam do comum, não esqueçamos um romance em afrikaans (apesar do nome do autor). Em que país da Europa se sentiria mais desterrado um afrikaner com um nome eslavo? Em Portugal, onde o herói encontra uma jovem semelhante a um retrato de Goya. O autor ostenta um conhecimento impressionante dos costumes portugueses, de Lisboa e das cidades do Norte de Portugal, mas aquilo que nos prende em *Die Buiteveld*¹⁷ são as reminiscências angolanas dos protagonistas. Quem é quem? As lembranças de África, da colonização e do pós-1974 combinam-se num turbilhão poderoso.

E, já que estamos no exotismo linguístico-ultramarino, desçamos a pique sobre a Noruega, onde um jornalista, correspondente em África de 1998 a 2002, encadeia vários capítulos sobre os pontos quentes e os homens políticos

¹⁶ Nilo Niquelatte, *A caminho de Andulo*, Blumenau (Brasil), Editora Odorizzi, 2003, 166 páginas, com fotografias a preto e branco.

¹⁷ John Miles, *Die Buiteveld*, Capetown, Human & Rousseau, 2003, 269 páginas.

com quem contactou. Após a leitura das cinco páginas consagradas a Angola do *Min Afrikanske Reise*¹⁸, o norueguês médio só muito dificilmente ficará com uma opinião positiva do país e dos seus dirigentes actuais. O subtítulo que as acompanha pode traduzir-se livremente por «comer à tripa-forra», «meter ao bolso», e Anders Magnus acusa (p. 193) «o presidente José Eduardo dos Santos e a sua clique de corruptos no poder», *dixit*, o que não deve espantar-nos por causa da novidade. O autor fornece ainda alguns elementos sobre a corrupção no sector petrolífero. E aí o contribuinte norueguês não gostará nada de ver a Hydro e a Statoil misturadas com estas combinações de república das bananas. Não creio que o autor seja bem acolhido em Luanda nos tempos mais próximos.

Ainda nas variedades «sombrias», o amante de análises político-económicas muito documentadas e trabalhadas deverá ler o implacável Alfredo Pinto Escoval¹⁹, que, com o apoio de gráficos e estatísticas, constrói um verdadeiro arsenal de acusações para denunciar a deliquescência do Estado, o jogo das multinacionais, a pilhagem das riquezas minerais e dez outros males que fazem de Angola um negócio chorudo guardado para os actores exógenos, acolhidos de braços abertos se aceitarem pagar fabulosas comissões. Parece que o autor lamenta a época da pureza ideológica, ou talvez outra coisa. Ele não gosta de algumas ONG, nem de algumas pseudofundações, e ainda menos das privatizações.

Para Moçambique — e um desvio inesperado para a África ocidental —, o bibliógrafo tem o prazer de começar por três livros que alteram as imagens sombrias expressas na maior parte dos textos até agora passados em revista. Os dois primeiros são portugueses e emergem plenamente de um género auxiliar da história, mas raramente posto em evidência ou ao qual é reconhecido o seu justo valor. Falo da edição e, por vezes, da tradução da correspondência privada, as vezes já publicada, mas largamente inabordável para além da fronteira linguística. Só raramente a encontramos nos arquivos públicos, mas algumas famílias conservam-na em honra dos seus antepassados, o que é bom, mas insuficiente. Assim, elogiemos José Queiroga Fernandes por ter exumado as cartas de um casal da elite provincial dos anos de 1850 a 1880 confrontado com a realidade do ultramar, concretamente de Moçambique, então capital da futura colónia, e depois, e mais longamente, de Goa. Uma edição erudita é boa, mas uma análise temática é ainda melhor. Foi o que fez o autor em toda a sua extensão em *Ecos do Império*²⁰, uma

¹⁸ Anders Magnus, *Min Afrikanske Reise*, Oslo, Aschehoug, 2004, 409 páginas.

¹⁹ Alfredo Pinto Escoval, *Staatszerfall in Südlichen Afrika. Das Beispiel Angola*, Berlin, Wissenschaftlicher Verlag Berlin, 2005, xv-112 páginas, com mapas e ilustrações.

²⁰ José Queiroga Fernandes, *Ecos do Império. Análise do Modelo Colonial Português nas Cartas de Inácia Carolina e Ernesto Kopke (1850-1880)*, Braga, Casa do Professor, 2004,

dissertação de mestrado. Relativamente à correspondência do casal, o marido, Ernesto Kopke, foi juiz em Moçambique (1868-1870 e 1871-1872) e, depois, em Goa (1872-1875), mas é a mulher que é mais prolixa a partir do momento (1871) em que se junta ao marido. Na obra há muitas considerações eloquentes que reflectem os limites dos interesses e da educação dispensada às meninas de boas famílias da época, mas o autor interessa-se sobretudo pelas reacções destes desterrados face a um mundo desconhecido que descobrem e ao qual devem adaptar-se. De facto, o autor utiliza estas fontes para desenhar um panorama da colonização e da ideia colonial nesta microssociedade de funcionários e agentes comerciais *antes* das tentativas da Sociedade de Geografia de Lisboa. Uma parte já foi relativamente estudada nas obras que cita, mas é totalmente inovador na sua descrição dos serviços judiciários coloniais de Portugal.

A título comparativo, podemos seguir a visão, ligeiramente anterior, de um jovem jurista marginalizado pela sua religião que crê aceder mais rapidamente ao reconhecimento dos seus concidadãos ao ligar-se ao embrião da administração «colonial» de Copenhaga em África. De facto, ele é tanto um comerciante e um plantador como um funcionário, mas o que é fascinante nas suas cartas é a visão protocolonial de um dinamarquês num forte que não servirá como cabeça de proa de qualquer expansão territorial, pois, oito anos após a sua morte, Copenhaga venderá por um pedaço de pão aos britânicos todos os seus estabelecimentos na Costa do Ouro. Publicada tardiamente (*Da Guinea var Dansk*, Copenhaga, Nyt Nordisk Forlag, 1917), a sua correspondência e o seu jornal acabaram de ser traduzidos²¹, anotados e largamente apresentados (48 páginas de biografia) por uma daquelas especialistas que, com muita abnegação, se consagram a temas tão pouco conhecidos no estrangeiro como a presença dinamarquesa em África. Um tema secundário? Nem tanto, se considerarmos que os dinamarqueses permanecerão na Costa do Ouro durante mais tempo do que os próprios portugueses. Se todos os historiadores africanistas já ouviram falar de Elmina (A Mina), quem se recordaria de Wulff antes desta edição erudita, que dá conta do testemunho de um homem — solteiro, mas que fundou uma família dano-africana, representada ainda hoje pela sua sétima geração — que, confrontado

277 páginas, com fotografias e gravuras a preto e branco. Este mesmo autor é, igualmente, responsável pela introdução da compilação onde são transcritas integralmente as cartas, a saber, *Inácia Carolina e Ernesto Kopke. Cartas de um casal no Império, 1871-1875*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, 2003, 406 páginas, com fotografias a preto e branco.

²¹ Selena Axelrod Winsnes, *A Danish Jew in West Africa. Wulff Joseph Wulff. Biography and Letters, 1836-1842*, Trondheim, Noruega, Department of History, Norwegian University of Science and Technology, 2004, xii-217 páginas, com mapas e ilustrações a preto e branco e a cores.

com os trópicos, teve de se adaptar? Adaptar-se antes de aí morrer. Um excelente trabalho que nos permite ver que, sem a barreira conjugal que o corte das realidades africanas, o nosso dinamarquês penetrou mais cedo e mais profundamente no conhecimento de África do que muitos dos colonos no século seguinte. Mesmo em Angola ou na Zambézia, com ou sem lusotropicalismo.

Não sei se um dos suportes de toda a colonização inicial não estará contido na resposta a esta pergunta: «Onde estão as raparigas?» Mas, uma vez que elas são o futuro da humanidade e que interessam cada vez mais os africanistas mulheres, não hesitemos em partir para países onde esta questão nada tem de divertido. Recai-mos novamente na tragédia com um livro que se intitula, exactamente, *Où sont les filles*²². O subtítulo esclarecerá melhor o leitor. Trata-se de um trabalho de uma ONG, destinado, por isso, a sensibilizar as opiniões e os doadores. Do Norte do Uganda à Serra Leoa, as suas funções podem variar, mas, em geral, elas são arrastadas, ainda crianças ou adolescentes, para servirem de combatentes ou de auxiliares e, sobretudo, para assegurarem as necessidades sexuais dos guerrilheiros ou de simples bandidos que se proclamam libertadores. No caso de Moçambique é a RENAMO que é incriminada e as duas autoras expõem os problemas de saúde psico-espiritual, física e mental com os quais estas jovens se confrontam quando abandonam esta escravatura ou semiescravatura. A sua reinserção social é difícil, sobretudo se engravidaram. Há descrições interessantes dos rituais para lavar o corpo maculado. Numerosas recomendações são formuladas para que as ONGs adoptem medidas concretas.

Um pouco mais optimista, um capítulo de *Chains of Fortune*²³ é dedicado às mulheres que, em Moçambique, cultivam e descascam a noz do caju. Esta pequena agricultura empregava, no ano de 1999/2000, 89% das moçambicanas, o que significa que os 26 milhões de árvores que produzem a noz — e que morrem à razão de um milhão por ano — têm um papel capital na economia rural, nomeadamente na província de Nampula. A política ultraliberal imposta neste sector pelo Banco Mundial foi desastrosa, tentando-se agora restabelecer uma certa intervenção das autoridades.

Abordemos margens menos ameaçadoras com alguns exemplos de ficção, mais ou menos moçambicana, mas concebida por não lusófonos. *Heavenly Date*²⁴ é a obra de um humorista que percorre o mundo inteiro.

²² Susan McKay e Dyan Mazurana, *Où sont les filles? La vie des filles enrôlées dans les forces et groupes armés pendant et après un conflit: les cas du nord de l'Ouganda, de la Sierra Leone et du Mozambique*, Montreal (Quebeque), Droits et Démocratie, 2004, 165 páginas.

²³ Marilyn Carr (ed.), *Chains of Fortune. Linking Women Producers and Workers with Global Markets*, Londres, The Commonwealth Secretariat Publications Division, 2004, 220 páginas, com ilustrações a preto e branco.

²⁴ Alexander McCall Smith, *Heavenly Date and Other Flirtations*, Edimburgo, Canongate, 2004, 200 páginas.

Mas, se o autor demonstra um conhecimento considerável de alguns *retornados* de Lisboa, nostálgicos de Moçambique e prontos a regressarem a África, a sua pintura de um *chulo* do Bairro Alto nada tem de lisonjeiro para o resto desta comunidade. Quanto ao satírico alemão, Stephan Gerlach, ele viajou bastante por África e pelas ilhas do oceano Índico. *Das Kaff im Dschungel*²⁵ contém três estórias mais ou menos centradas sobre Moçambique, nomeadamente Cabo Delgado, onde o autor revela um jocoso desprezo pelos funcionários da FRELIMO. Vamos encontrá-lo também em Maputo. Trata-se de textos difíceis de seguir.

Bastante mais acessível é o professor, nascido na ilha de Montserrat (Antilhas), E. A. Markham, que ensina a arte da «escrita criativa» em Sheffield e se ri abertamente do ridículo de certos professores na Grã-Bretanha. Como o título indica, metade da história do seu novo livro²⁶ desenrola-se num Moçambique para expatriados, mais ou menos intelectuais superficiais ou aventureiros duvidosos, como há tantos na África subsariana, escritores à procura de personagens, exibindo uma erudição de salão. Maputo, Quelimane, o circuito cultural dos portugueses que permaneceram ou se naturalizaram moçambicanos, o Centro de Estudos Africanos, o British Council local, os opositores à FRELIMO, os sobreviventes do marxismo, o fantasma de Ruth First, as ONGs que «governam» o país, etc. Enfim, uma miríade de detalhes demonstra que Markham conhece pelo menos a capital e alguns centros na província, o que já é muito para um natural das Antilhas que não se deixou enganar pelos modelos culturais que os países ricos tentam aplicar a uma sociedade urbana à procura de referências e que os imita, uma vez que não os absorveu realmente.

Por vezes, preferimos os heróis tradicionais a estes palhaços, tal como um outro autor os põe em cena²⁷, com os seus grossos braços, vagos *ersatz* de Allan Quatermain, detidos numa África que eles acreditam compreenderem e que apenas os consola pelos seus animais selvagens. Os dois romances de Stuart Ford começam por uma caçada (autobiográfica?) no Zimbábue, mas a política mistura-se na ficção. Um bando de caçadores furtivos africanos rapta a mulher — uma americana autoritária — e a enteada do herói, vendendo-as a um árabe, um odioso e ocidentalizado comerciante de escravos que exporta mulheres brancas para os países árabes através de Moçambique. Entramos no

²⁵ Stephan Gerlach, *Das Kaff im Dschungel und andere saukomische Erzählungen*, Iena, IKS Garamond, 2001, 146 páginas.

²⁶ E. A. Markham, *Meet me in Mozambique*, Birmingham, Tindal Street Press, 2005, 246 páginas.

²⁷ Stuart Ford, *Lost in Africa*, Richmond (Kentucky, EUA), Wings ePress Books, 2005, 323 páginas. Do mesmo autor, *Emma's Camp*, Richmond (Kentucky, EUA), Wings ePress Books, 2005, 254 páginas.

país por Zumbo, onde começa uma corrida desenfreada que só termina em Quelimane. O *décor* moçambicano é bastante inverosímil no primeiro livro. Em contrapartida, no segundo — onde assistimos à construção pelo mesmo herói de um campo para amantes de safaris junto ao lago Cabora Bassa e à constituição, como vingança, de uma espécie de microexército privado com antigos soldados das forças especiais — o autor parece conhecer melhor a cor local ao longo das margens do Zambeze. Também ele não tem em grande conta a integridade dos funcionários africanos. Um «negreiro» — se é que podemos dizê-lo, uma vez que se trata de mulheres brancas — a operar na Zambézia nos primeiros anos do século XXI é, manifestamente, uma sequela do 11 de Setembro. Mas estes livros podem interessar o mesmo tipo de público que lia os romances de aventura vitorianos. Nos dois casos, Moçambique é o símbolo do perigo desconhecido.

Retomemos o fio do discurso com Timor e, em primeiro lugar, com um livro de arte e de actualidades que penso ser o mais importante, em português, depois dos acontecimentos de 1999. Na verdade, trata-se de uma obra de «variedades» mistas. A doçura, podemos encontrá-la nas ilustrações, a cores, de Alain Corbel, mas a violência não pode ser apagada das reportagens de Pedro Rosa Mendes, jornalista *freelancer* e escritor, que, sob um título talvez enigmático, *Madre Cacau*²⁸, realizou, para esta metade da ilha, o equivalente ao que fez no seu *Baía dos Tigres*, embora esta obra seja mais concisa e mais fácil de seguir, pois a unidade de lugar é respeitada. Uma ONG (ACEP, Associação para a Cooperação entre os Povos) apoiada por diversos organismos oficiais (e talvez privados) teve a boa ideia de não se contentar apenas com o apelar ao sentimentalismo dos leitores, tentando antes desenhar um quadro — subjectivo, mas mesmo assim realista — da situação em 2004, findo o catecismo terceiro-mundista e a propaganda carneirista dos comités de apoio anglófonos a favor da FRETILIN. Pelo contrário, cada um dos interlocutores do jornalista parece ter-se expressado livremente, a começar pelo bispo de Baucau, que coloca no seu devido lugar o perigo que constitui a intransigência de certos ideólogos no poder que não chegaram a perder os maus hábitos contraídos, depois de 1975, nas células e nos grupelhos da diáspora. Entre os temas tratados nestas entrevistas citamos a escravatura sexual das jovens durante a ocupação indonésia, a delimitação da fronteira terrestre, a formação de um exército timorense (1170 homens em Julho de 2004), o peso do animismo, os órfãos raptados pelos indonésios, a tutela sufocante da Austrália, a persistência de uma dependência total em relação à ajuda exterior, etc. Trata-se de um livro excelente.

No domínio habitual do comprometimento político, que se serve da causa timorense para saldar as contas com os seus adversários no país do autor,

²⁸ Pedro Rosa Mendes e Alain Corbel, *Madre Cacau-Timor*, Lisboa, ACEP, 2004, 111 páginas, com numerosas ilustrações a cores e a preto e branco.

referiremos *A not-so-distant horror: mass violence in East Timor*²⁹. No essencial, o autor têm toda a razão em lembrar que os massacres cometidos em Timor pelo exército indonésio e pelas suas milícias locais podem, proporcionalmente, ser comparados aos genocídios perpetrados contra os arménios e os judeus ou, mais recentemente, os cometidos no Ruanda. E, já agora, noutras locais em África, acrescentamos nós. O autor tem igualmente razão em documentar a cumplicidade, a passividade ou a cegueira de muitas potências ocidentais, a começar pelos Estados Unidos, pela Austrália e por diversas democracias, sempre prontas a darem lições. A impunidade destes crimes, que o autor, muito justamente, denuncia, infelizmente, não cessou. Dito isto, por que é que o contexto sócio-histórico é tão rapidamente escamoteado? Timor e as suas sociedades foram, desde sempre, vítimas de uma violência externa e interna endémica. Não vemos citada no livro uma única fonte portuguesa que o testemunhe, e, mesmo que o autor não leia português — o que não é certo —, poderia, pelo menos, ter-se inteirado da bibliografia internacional comentada que figura na minha obra *Timor en guerre (1847-1913)*, Éditions Pélissier, Orgeval, 1996, 368 páginas. Trata-se de um livro assim tão obscuro que não se encontra na biblioteca do editor desta obra, a Cornell University?

Trabalho de um militante anglófono comprometido, este livro é, por isso, sobretudo destinado a um público que não gosta do presidente do Banco Mundial. Está no seu direito, mas onde fica a história timorense nisto tudo? É como se pudéssemos dissertar sobre o Ruanda sem falarmos do passado pré-colonial e das responsabilidades de alemães e de belgas. E, mais recentemente, das do governo francês.

«Grande-oficial da Ordem do Príncipe D. Henrique», condecoração que lhe foi atribuída em 2002 pelo presidente de Portugal, pensamos que o antigo cônsul (1962-64) da Austrália em Díli conhece, mais ou menos bem, o português. E a defesa da causa timorense e dos direitos do homem não é incompatível com o patrocínio e a memória do pai fundador do colonialismo europeu ou, pelo menos, da colonização portuguesa. Sempre admirei a agilidade dos diplomatas, em particular dos de Lisboa. Em suma, o livro do ex-diplomata James Dunn³⁰ vai na sua 3.^a edição, sendo esta última uma versão actualizada que vai até à independência. Como já publiquei (René Pélissier, *Du Sahara à Timor*, Éditions Pélissier, Orgeval, França, 1996, 321 páginas) o que penso, já lá vão mais de vinte anos, sobre a importância, a orientação e os limites da edição de 1983, limitar-me-ei a acrescentar que o autor

²⁹ Joseph Nevins, *A not-so-distant horror: mass violence in East Timor*, Ithaca (Nova York), Cornell University Press, 2005, xvi-273 páginas, com fotografias a preto e branco.

³⁰ James Dunn, *East Timor. A Rough Passage to Independence*, Double Bay (NSW, Austrália), Longueville Books, 2003, distribuído pela University of Washington Press, Seattle (Washington, EUA), xii-399 páginas, com fotografias a preto e branco.

sobrevoa em algumas dezenas de páginas os acontecimentos posteriores, acentuando a brutalidade das forças indonésias e das suas marionetas locais e o papel das Nações Unidas e, evidentemente, da Austrália. Aliás, o livro dirige-se, essencialmente, aos australianos. O autor não é historiador e reproduz os erros e as lacunas da 1.^a edição, sem ter em conta os progressos do conhecimento histórico alcançados depois da primeira publicação, em 1983. O que não tem, em si mesmo, qualquer importância, pois o seu objectivo é sobretudo militante. E, quando se decreta quem deve ser «grande-oficial» desta ou daquela ordem, as motivações nunca são de natureza académica, mas, frequentemente, políticas, isto é, utilitárias. De outro modo, para que é que serviriam os embaixadores?

*War and State Terrorism*³¹, no domínio da Ásia-Pacífico, comporta um contributo sobre a guerra, o genocídio e a resistência timorense de 1975 a 1999. A originalidade deste texto reside no facto de fazer uma comparação com o Camboja e de seguir um meio-caminho na atribuição de responsabilidades entre os próprios timorenses. Mas não podemos, evidentemente, encontrar aqui uma desculpa — ela nunca existirá — para o comportamento do exército indonésio. Da extrema-direita ou da extrema-esquerda, imperialismo ou colonialismo, o terrorismo de Estado encontra, no entanto, sempre e ainda alguns miseráveis argumentos históricos ou ideológicos, e mesmo defensores, para justificar os seus crimes. A começar por aqueles do Japão, da China e de vários outros actores menores ou maiores, europeus ou americanos, que tiveram actividades fora das suas fronteiras. Continuaremos a vê-los, provavelmente, ao longo de todo o século XXI.

Para não concluirmos com uma nota demasiado pessimista regressemos a Moçambique com dois álbuns «fotográfico-diplomáticos». Não há nada como imagens bem «escolhidas» para fazer amigos no estrangeiro, sejam os comentários insípidos ou favoráveis aos poderes estabelecidos. Todos os serviços culturais das embaixadas do mundo inteiro o sabem: «Dêem-lhes imagens — artísticas, se possível — e viva a amizade entre os povos!» Até mesmo os indonésios de Suharto o sabiam.

Daí estes dois espécimes deste género! O primeiro tem a seu favor justificações históricas, pois o departamento francês ultramarino da Reunião descobre finalmente — e admite-o — que, pelo menos, 25% da sua população actual têm antepassados que vieram (à força) dos portos de Moçambique depois do século XVII, mas sobretudo durante os séculos XVIII e XIX. Esta não é uma lembrança enriquecedora que possa ser creditada à coloni-

³¹ Mark Selden e Alvin Y. So (eds.), *War and State Terrorism. The United States, Japan, & the Asia-Pacific in the Long Twentieth Century*, Lanham (Maryland, EUA), Rowman & Littlefield Publishers, 2004, VII-293 páginas.

zação francesa. *Saudade de l'Espoir/Esperenza*³² (*sic!*) é um catálogo de uma exposição local, realizada em 2003-2004, consagrada aos fotografos moçambicanos, desde o ícone Ricardo Rangel até aos seus discípulos mais jovens, que retrata um vasto leque de temas: Lourenço Marques no final do período colonial, os horrores da guerra civil, retratos actuais, etc. Tudo isto com legendas e um texto de Mia Couto. Só podemos aprovar esta iniciativa, que, provavelmente, abriu alguns olhos às relações entre esta ilha e Moçambique. Mas por que é que os comentários em francês apresentam tantas gralhas? Mesmo insular, a ortografia francesa tem os seus constrangimentos. Isto não é mais do que o início de uma chamada de atenção. Por que é que não se introduzem alguns cursos nos programas de história local que dediquem um pequeno espaço à África oriental e austral e, conseqüentemente, a Moçambique? Os nossos antepassados gauleses ou os nossos antepassados macuas? O livro parece ser o primeiro título, exclusivamente consagrado a Moçambique, a ter sido publicado na Reunião. Mas vale tarde do que nunca. E nas ilhas Maurícia ou Seicheles?

Finalmente, retribuamos uma grande escapadela diplomática. Mesmo que não exista, directamente, nenhum laço histórico entre a Finlândia e Moçambique, o álbum, bilingue e muito oficial³³, que reúne as sumptuosas fotografias de Magi Viljanen sobre 36 moçambicanas e do moçambicano Rui Assubuji sobre 37 finlandesas, é um monumento erguido ao feminismo dos dois países. A cada uma pergunta-se «o que é que mudou a sua vida, quais são os sonhos (passados e presentes), etc? Não se trata de *top models*, mas de mulheres vulgares, não muito novas, não muito bonitas, camponesas, mulheres tradicionais e evoluídas, muçulmanas, mulheres que tiveram problemas, que deram à luz crianças, que se divorciaram, que viveram contra-tempos, que alcançaram um sucesso modesto. Enfim, um corte transversal no caleidoscópio social e étnico de Moçambique. Enquanto instrumento diplomático, trata-se de um objecto original, hábil, e isso vale três teses de doutoramento em sociologia aplicada. Assim, terminamos com um êxito que agrada a gregos e a troianos, aos amantes de coisas adocicadas e aos narradores das violências ou das turbulências que agitam o nosso mundo. E, infelizmente, não unicamente o mundo ultramarino!

Redigido em Outubro de 2005.

Tradução de Carla Araújo

³² Karl Kugel (ed.), *Etre Photographe au Mozambique. Saudade de l'Espoir/Esperenza (sic!)*, Saint-André (Reunião, oceano Índico), OE/Océan Editions, 2003, 141 páginas, com fotografias a preto e branco.

³³ Magi Viljanen e Rui Assubuji (fotógrafos), *Women from Finland and Mozambique. Mulheres de Moçambique e da Finlândia*, Embaixada da Finlândia, Maputo, 2005, não paginado (cerca de uma centena de páginas), com uma centena de fotografias a cores e de grande formato.